



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003229-94.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Rodrigo Real Almas**
 Requerido: **Empresa de Telefonia Móvel OI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato com a ré para a prestação de serviços de telefonia, o qual foi cancelado após algum tempo.

Alegou ainda que mesmo assim a ré emitiu fatura em seu nome sem que houvesse justificativa para tanto, de sorte que almeja à declaração da inexigibilidade de qualquer débito relativo à aludida linha.

Já a ré em contestação não se pronunciou específica e concretamente sobre os fatos articulados pelo autor.

De maneira genérica, limitou-se a esclarecer que inexistiu falha na prestação dos serviços a seu cargo e que eles tiveram vez regularmente.

Como se vê, a ré não negou que a linha trazida à colação tivesse sido cancelada e tampouco detalhou quais os serviços teria supostamente prestado ao autor para justificar a emissão de faturas em seu nome.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Reunia plenas condições materiais e técnicas para tanto, mas deixou de fazê-lo e com isso é de rigor reconhecer a inexistência de lastro que justifique a exigibilidade de débitos inerentes à referida linha telefônica ou a inserção do autor perante órgãos de proteção ao crédito por força de seu eventual inadimplemento a esse título.

Por oportuno, assinalo que o autor em momento algum pleiteou o ressarcimento de danos morais, motivo pelo qual todas as considerações expedidas na peça de resistência deixam de ser analisadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade de qualquer débito relativo à linha telefônica nº (16) 98822-0788 em desfavor do autor.

Torno definitiva a decisão de fls. 06/07, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**